



APROVADA

ATA DO PLENO EXTRAORDINÁRIO DO DIA 12 DE MAIO DE 2020

1
2
3
4
5 No décimo segundo dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às nove horas, é declarado
6 aberto por existência de quórum, o Pleno Extraordinário do Conselho Municipal de Defesa e
7 Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Recife - COMDICA, via
8 videoconferência, respeitando o distanciamento social provocado pela pandemia do
9 Coronavírus/Covid-19, a vice-presidente Ana Maria de Farias Lira coloca para deliberação os
10 seguintes temas em pauta: **APRESENTAÇÃO DO MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL**
11 **DO COMDICA PARA APROVAÇÃO; DEMANDAS DAS COMISSÕES**
12 **SOCIOPEDAGÓGICA e JURÍDICA - RELATÓRIOS DAS CASAS DE**
13 **ACOLHIMENTO GOVERNAMENTAIS e EDITAL DAS CASAS DE**
14 **ACOLHIMENTO; DEMANDAS DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E,**
15 **AINDA, INFORMES GERAIS; Participaram do pleno na condição de conselheiras(os):**
16 *Ana Maria de Farias Lira (Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre*
17 *Drogas e Direitos Humanos - SDSJPSDDH); Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha*
18 *(Gabinete do Prefeito); Andréa Ricardo de Castro (Secretaria de Educação); Núbia Carla de*
19 *Azevedo Mesquita (Associação para a Restauração do Homem); Paulo Germano de Frias*
20 *(Secretaria de Saúde); Hemi Monique Vilas Boas de Andrade (CIEE - Centro de Integração*
21 *Empresa Escola de Pernambuco); Natuch Pinto de Lira (Cendhec); Vesta Pires Magalhães*
22 *Filha e Andréa Maia Guerra Coimbra Carvalho (Procuradoria Geral do Município); Evandro*
23 *Alves de Freitas e Géssica Dias Lins de Oliveira (Instituto Solidare); Barbara Elias de Sousa*
24 *Cabral (Escola Dom Bosco-Inspeção Salesiano) e, ainda, os técnicos do COMDICA:*
25 *Anderson Ferreira, Ieda Accioly, Aurely Macedo e Roberta Sartori (Sociopedagógico); Carlos*
26 *Silva, (Financeiro); Angélica Araújo e Luiz Eduardo Júnior (Comunicação) e, por fim, a*
27 *secretária executiva, Simone Melo. A vice-presidente inicia a reunião informando a ordem do*
28 *dia e coloca para deliberação a ata do pleno extraordinário do dia 14 de abril de 2020. A vice-*
29 *presidente questiona se todos fizeram a leitura da ata. A resposta do pleno é positiva. A vice-*
30 *pergunta se o documento pode ser aprovado. **A resposta do pleno é positiva e a ata do dia 14***
31 **de abril de 2020 é aprovada por unanimidade.** Dando continuidade ao pleno, a vice-
32 presidente segue a pauta e solicita a apresentação do Manual de Identidade Visual do
33 COMDICA. A técnica Angélica coloca que o manual é um documento em forma de catálogo
34 que apresenta as diretrizes e os padrões essenciais para a utilização da marca COMDICA. Ela
35 informa que o objetivo é preservar as propriedades visuais da marca e facilitar a divulgação,
36 identificação e aplicação da marca. A mesma diz que as regras estabelecidas orientam também
37 o uso da marca do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMCA para projetos
38 viabilizados pelos mecanismos de financiamento direto e incentivo fiscal. Sendo assim,
39 Angélica apresenta o catálogo (em anexo) com todas as normas e padrões de usos
40 estabelecidos. A técnica apresenta também a logomarca símbolo do FMCA (em anexo) para
41 aprovação junto ao manual. O conselheiro Evandro parabeniza a técnica pela construção do
42 documento e solicita esclarecimentos sobre a marca. Segundo o conselheiro, como na maioria
43 dos municípios brasileiros o nome de fantasia do Conselho Municipal de Direitos da Criança e
44 do Adolescente é COMDICA, como diferenciar as marcas. Angélica explica que a marca
45 principal tem o nome completo do COMDICA, por extenso, com símbolos e fontes que
46 remetem ao conselho do Recife. A marca principal é utilizada, diretamente, em todos os



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

47 materiais de divulgação institucional, diz a técnica. A conselheira Auxiliadora (Dora) pergunta
48 se a marca não tem o nome do Recife. Angélica explica que a marca principal, sim, tem o
49 nome da capital de Pernambuco, e que as marcas secundárias são mais simples e só usam o
50 nome de fantasia, nas posições vertical e horizontal, com símbolos e fontes que remetem ao
51 conselho do Recife. A vice-presidente pergunta se algum membro do colegiado tem mais
52 alguma dúvida. A resposta é negativa. **Em regime de votação, a vice-presidente pergunta ao**
53 **colegiado sobre a aprovação do Manual de Identidade Visual do COMDICA. O colegiado**
54 **acena positivamente e o manual é aprovado por unanimidade.** O pleno segue com a
55 apresentação das solicitações de registros das casas de acolhimento institucional Acolher e
56 Novos Rumos. A técnica Roberta informa que a faixa etária atendida na Casa de Acolhimento
57 Institucional Acolher é de 0 a 18 anos incompletos, de ambos os sexos, vítimas de violência
58 doméstica, com deficiência física de grau leve ou moderado e com vínculos familiares
59 fragilizados ou rompidos. Roberta diz que a casa é o antigo Lar Rejane Marques que se
60 encontra no processo de municipalização e que, para isso, o COMDICA precisa suspender o
61 registro do Lar durante 180 dias, enquanto da conclusão do processo e conforme Resolução
62 COMDICA nº 001/2016. A técnica explica que a suspensão é por conta de dívidas em nome do
63 antigo Lar e também referente ao CNPJ. A técnica diz que, em virtude do processo, é
64 necessário que a casa tenha um acompanhamento periódico do COMDICA. Para tanto são duas
65 as recomendações técnicas: suspensão de registro do LAR REJANE MARQUES, por 180 dias,
66 e inscrição da Casa de Acolhimento Institucional ACOLHER, executada pela SDSJPDDH
67 através da Gerência da Alta Complexidade, por atender as prerrogativas da Resolução
68 COMDICA nº001/2016, que visa sobre as normativas para inscrição de programas e serviços
69 governamentais. O parecer da Comissão Sociopedagógica é pela inscrição da casa, sem
70 ressalvas. **Em regime de votação, o colegiado aprova, por unanimidade, a inscrição da**
71 **Casa de Acolhimento Institucional ACOLHER, localizada na RPA 02.** A segunda casa
72 para deliberação do colegiado é a Casa de Acolhimento Institucional Novos Rumos. A técnica
73 Aurely informa que a casa atende adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 12 a 18
74 anos incompletos, em situação de rua e com uso ou não de drogas. Aurely coloca que, até o
75 final de abril, a casa estava com três acolhidos, mas que tem capacidade para até vinte
76 adolescentes e, pelo perfil da casa, existe muita rotatividade. A mesma diz que na casa não
77 houve visita técnica diante da suspensão das atividades externas, porém ocorreu o contato
78 direto com as coordenadoras. Para a construção do parecer, a técnica informa que a
79 coordenação encaminhou fotos e o máximo de informações foram coletadas por e-mail e por
80 telefone. A estrutura da Novos Rumos é antiga, mas é ampla, arejada, com boa iluminação e
81 está com a manutenção em dia, diz Aurely. A técnica chama a atenção para a necessidade de
82 melhoria nas atividades lúdicas e compra de livros. Por fim, Aurely indica a necessidade de
83 visitas técnicas periódicas com o fim da pandemia para todas as casas de acolhimento
84 institucional. O parecer técnico é pela inscrição da Casa de Acolhimento Institucional NOVOS
85 RUMOS, executada pela SDSJPDDH através da Gerência da Alta Complexidade, por atender
86 as prerrogativas da Resolução COMDICA nº001/2016, que visa sobre as normativas para
87 inscrição de programas e serviços governamentais. O parecer da Comissão Sociopedagógica é
88 pela inscrição da casa, sem ressalvas. **Em regime de votação, o colegiado aprova a inscrição**
89 **da Casa de Acolhimento Institucional NOVOS RUMOS, localizada na RPA 03.** A pauta
90 segue com as demandas das Comissões de Monitoramento e Gestora da Parceria do FMCA. A
91 conselheira e gestora da parceria, Andréa Castro, informa que no último dia 05, foram
92 discutidos, com a equipe técnica, secretária executiva e presidente, o calendário e a logística de



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

93 fechamento do edital FMCA 2019. Andréa coloca que, em 31 de maio, se encerra o convênio
94 e, em junho, será a entrega do relatório de impacto e a prestação de contas. Ela comunica que a
95 entrega do relatório final será feita em dois momentos: a primeira é de forma digitalizada e por
96 e-mail e, a segunda, é de forma física. No COMDICA acontece a entrega da documentação de
97 forma física, realizada na portaria e com protocolo de entrega, diz a mesma. A mesma afirma
98 que a portaria não realiza a conferência da documentação. A OSC deve encaminhar o envelope
99 lacrado, com nome da instituição e o setor de destinação (Sociopedagógico ou Financeiro), diz
100 Andréa. As orientações serão repassadas a todas instituições. Ela diz ainda que o desafio é que
101 a documentação chegue, o mais rápido possível, para todos os técnicos, a partir do dia 26 de
102 junho, e a análise seja feita com sucesso. Para isso, de 22 a 30 de junho, todas as instituições
103 devem entregar os relatórios de impacto e de prestação de contas para serem analisados, orienta
104 a mesma. Andréa afirma que, em julho, as equipes técnicas devem fazer o relatório de
105 fechamento do edital que será submetido à Comissão de Monitoramento. O Relatório de
106 Impacto Pedagógico segue para a Comissão de Monitoramento e o Relatório de Prestação de
107 Contas para a gestora da parceria, coloca Andréa. Após análise dos relatórios, em agosto, ela
108 conclui o Relatório Final para deliberação em pleno. A conselheira Auxiliadora (Dora) solicita
109 participação na reunião do FMCA junto com todo setor Financeiro, na condição de tesoureira,
110 para ficar ciente das decisões e ser ouvida. A conselheira reafirma que deve ser chamada em
111 todas as reuniões que houver rebatimento financeiro. Andréa diz que é imprescindível a
112 participação de Dora durante o fechamento da prestação de contas. A título de esclarecimentos,
113 a executiva Simone coloca que quem deve prestar contas são as entidades. Ela acrescenta que
114 já foi realizado o último repasse financeiro e que a técnica Simone Maria não faz parte da
115 prestação de contas dos projetos cofinanciados pelo FMCA. Com relação a questão do ofício
116 (em anexo) encaminhado ao MP, Andréa Castro afirma que foram dadas respostas referentes
117 aos funcionamentos das instituições, repasses da terceira parcela dos recursos, calendário do
118 FMCA e ampliação de prazo para o fechamento do edital do FMCA. Com relação a devolução
119 de recursos por parte das instituições, a resposta será dada ao MP após o cumprimento de todo
120 calendário e análise dos relatórios, diz a mesma. Ela considera que foi uma força tarefa das
121 técnicas Aurely e Roberta para emitir as respostas. A meta é que, na quinzena de agosto, o
122 relatório final seja fechado para deliberação no pleno e, assim, o colegiado possa pensar,
123 futuramente, num novo edital, afirma ela. O conselheiro Itamar pergunta se existe problema
124 com alguma instituição. Andréa afirma que algumas instituições solicitaram uma mudança da
125 rubrica. Andréa diz que as rubricas de aquisição de alimentação e de higienização foram
126 deferidas para a compra de cestas básicas e kits de limpeza, mas as outras rubricas foram
127 indeferidas por descaracterizar o plano de trabalho. Ela lembra que o plano de trabalho é um
128 documento onde tem informações de como será gasto os recursos do FMCA, que está
129 publicado no endereço eletrônico do COMDICA para consulta e que fica de posse do MP. A
130 mesma reafirma que os recursos do FMCA são carimbados e as rubricas já são destinadas.
131 Andréa lembra que os recursos são verbas públicas. O conselheiro Natuch pergunta sobre o
132 comunicado as instituições com relação aos indeferimentos. Andréa afirma que as respostas
133 estão sendo encaminhadas por e-mail, mas que, na dúvida, prefere consultar o plano de
134 trabalho e checar a prestação de contas na planilha para depois responder. A pauta segue com
135 as demandas das Comissões Jurídica e Sociopedagógica. Com relação ao uso dos recursos de
136 captação do Uber e Facebook para cofinanciamentos durante a pandemia, Andréa diz que a
137 discussão teve início pelo conselheiro Evandro e se consolidou. Ela coloca que durante o
138 debate das comissões houve o amadurecimento do processo e o grupo achou importante



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

139 fornecer os instrumentais para planejamento das instituições. A mesma diz que os
140 instrumentais têm diversos olhares, mas que ainda é necessário fazer algumas modificações,
141 como a retirada do item de vitaminas. A conselheira afirma que podem ser inseridos itens de
142 primeiros socorros. Andréa coloca que o edital está pronto, mas que é preciso fechar o
143 cronograma e os nomes dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação para
144 publicação no dia 14 de maio. Na ocasião, Andréa sugere a participação de outro conselheiro
145 para a gestão da parceria do convênio das casas de acolhimento já que se encontra com outras
146 tarefas. A executiva Simone esclarece que quem deve gerir a parceria, segundo as regras do
147 MROSC, é alguém da casa, do serviço público. Ela diz ainda que o Termo de Colaboração
148 precisa ficar de acordo com o edital e, para isso, é necessário que o documento seja revisto pela
149 Comissão Jurídica. Simone acrescenta ainda que os itens 5, 8, 11, 13, 14 e 15 precisam ser
150 alterados no Termo de Colaboração antes da publicação. Apesar de ter concordado
151 anteriormente com o documento, a conselheira Hemi acha que é possível resumir um pouco
152 mais o edital e os instrumentais. Ela acrescenta que o instrumento é de urgência para a Covid.
153 A conselheira Núbia fala que, dada a emergência, o edital está muito focado nos moldes que o
154 COMDICA já realiza. Ela afirma que desconfigura a situação emergencial, inclusive para as
155 próprias OSC's elaborarem e que é preciso repensar o edital. A gestora Andréa afirma que não
156 conseguiu participar da reunião de ontem, dia 11, mas que encaminhou para a Comissão
157 Sociopedagógica e demais conselheiros um modelo de plano de contingência mais enxuto
158 diante da realidade. Ela coloca que já havia falado sobre a não utilização do instrumental do
159 FMCA devido ao número de páginas e extensão do documento, porém a comissão validou
160 assim mesmo o instrumental já existente. O conselheiro Evandro diz que estamos numa
161 situação de calamidade pública e que requer do colegiado a urgência nos processos. Não
162 estamos fazendo uma seleção de projetos, diz Evandro. Como criar instrumentos de acessos
163 aos recursos, em tempos de calamidades, facilitando os processos, pergunta o conselheiro. Ele
164 diz que quando olha para as casas governamentais sabe que a secretaria pode designar um
165 técnico para elaboração de projetos, mas as casas não-governamentais é diferente. Ele pergunta
166 como criar um equilíbrio em tão pouco tempo disponível. É preciso facilitar o processo, afirma
167 o mesmo. A conselheira Gêssica ratifica a posição de que não é necessário fazer um novo
168 instrumental e que muito já foi eliminado do documento do FMCA. A conselheira afirma ainda
169 que das seis páginas da proposta, três é de identificação da instituição. Em relação as demais
170 questões, ela afirma que a instituição já tem no fluxo de sua construção de proposta, objetivos
171 geral e específicos, metodologia e público atendido. A conselheira diz acreditar que a comissão
172 não excedeu em exigências absurdas e que há uma meta a alcançar, apesar do pouco prazo e do
173 recurso curto. A vice-presidente afirma que o COMDICA tem a necessidade legal de
174 contextualizar todos os processos por conta do avaliador externo que confere a prestação de
175 contas do órgão, a exemplo do Tribunal de Contas. O conselheiro Evandro registra que não
176 está desconsiderando o instrumental para fazer o controle, mas pede para suprimir alguns itens
177 que não sejam de informações básicas. A conselheira Hemi afirma que o edital está
178 fundamentado no já existente do FMCA. No contexto da emergência, a conselheira diz que o
179 edital poderia ser mais resumido, mas entende o argumento colocado por Ana Farias. O
180 conselheiro Natuch acha que é necessário fazer pequenos ajustes no documento, mas pede que
181 todos avaliem. A vice-presidente encaminha a sugestão de Natuch. Dito isso, a executiva
182 Simone Melo afirma que os valores doados foram os seguintes: Uber – R\$ 150 mil (segue na
183 aplicação) e Facebook – R\$ 161,036 mil (segue na aplicação). Simone lembra que é preciso
184 retirar 25% do FMCA. O conselheiro Natuch afirma que, apesar da doação, o COMDICA está



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

185 tratando os recursos de uma forma geral e não é necessário fazer a dedução dos 25%. Ele
186 lembra que o órgão não está apoiando projetos da secretaria. A executiva Simone coloca que as
187 empresas doaram, mas que não foram realizadas as atividades para as quais os recursos foram
188 destinados. Simone registra que os recursos do Uber e do Facebook serão destinados as casas
189 de acolhimento governamentais e não-governamentais para plano de contingência da Covid-19,
190 divididas em partes iguais. A gestora Andréa Castro afirma que o valor exato para cada casa de
191 acolhimento precisa estar registrado no edital. A vice-presidente pergunta ao colegiado se
192 existe acordo sobre a questão colocada pelo conselheiro Natuch no que tange os 25%. A
193 conselheira Dora acredita que as entidades públicas que receberão o financiamento devem
194 repassar a porcentagem de 25% já que os recursos devem entrar no erário público. Ela acha que
195 não há permissão para o recebimento direto. É preciso fazer uma consulta sobre o assunto na
196 secretaria, diz a conselheira. A executiva Simone diz que o valor é repassado para a secretaria e
197 a mesma destina para as casas de acolhimento. Ela lembra que registradas no COMDICA
198 existem dezesseis casas de acolhimento: cinco da sociedade civil, três das Aldeias Infantis,
199 cinco casas municipais e três estaduais. A vice-presidente afirma que não há uma obrigação de
200 financiar casas do Estado, quando, na verdade, é o Estado que deveria financiar o município.
201 Para a vice, o financiamento deve ser direcionado para as entidades mantidas pelo município e
202 as OSC's. A conselheira Dora acredita que é importante incluir a informação no documento
203 norteador. O colegiado registra que apenas as casas de acolhimento do município,
204 governamentais e não-governamentais, serão financiadas. A gestora Andréa lembra que é
205 preciso retirar os nomes dos conselheiros que devem compor a Comissão de Monitoramento e
206 Avaliação. Andréa esclarece que os membros serão um representante de cada comissão, dentro
207 das suas representações, para receber, avaliar e dar anuência aos projetos. O conselheiro
208 Natuch diz ter feito algumas considerações no edital sobre a Comissão de Monitoramento e
209 Avaliação em virtude da participação dos avaliadores externos. Simone esclarece que, no
210 momento, o COMDICA não está pagando pessoa física. **Dito isso, passam a integrar a**
211 **Comissão de Monitoramento e Avaliação as conselheiras Andréa Castro (GOV), Géssica**
212 **Dias (SC), Núbia Mesquita (SC) e Vesta Pires (GOV) e, ainda, a tesoureira Auxiliadora**
213 **Pires e o presidente Armindo Pessoa. A gestora da parceria será Andréa Castro. A**
214 conselheira Andréa afirma que a avaliação será realizada por duas conselheiras e a média de
215 cada projeto será ponderada. Retomando a pauta, a vice-presidente pergunta se é possível fazer
216 a análise do edital e avaliar a questão levantada pelo conselheiro Natuch sobre a dedução dos
217 25%. Ela acredita que deve haver dedução no FMCA. O conselheiro Evandro diz que os
218 recursos do Facebook e do Uber entraram antes da resolução de captação. Evandro afirma que,
219 assim, poderá ser utilizado na sua integralidade. **Em regime de votação, o colegiado aprova e**
220 **as doações do Uber e Facebook devem ser utilizados no edital das casas de acolhimento**
221 **em sua totalidade, o que corresponde ao valor atualizado de R\$ 327,672 mil. O valor total**
222 **dividido pelo quantitativo de casas de acolhimento aptas a receber o cofinanciamento é de**
223 **R\$ 25 mil.** A conselheira Andréa alerta que o valor de R\$ 25 mil destinado a cada casa deve
224 constar no documento norteador. O conselheiro Natuch chama atenção no edital para a rubrica
225 de despesas com recursos humanos. O conselheiro acredita que para algumas instituições é
226 necessário manter algum educador. É preciso observar a realidade das instituições não
227 governamentais, diz o conselheiro. Ele coloca que na entidade governamental já existe a
228 contratação, mas a OSC talvez precise contratar. A conselheira Hemi pergunta se pode haver a
229 flexibilidade. A conselheira Vesta também tem dúvidas na utilização dos recursos. A vice-
230 presidente afirma que se a entidade já tem um profissional remunerado não precisa fazer a



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

231 contratação, mas se não dispõe do profissional, o COMDICA poderá disponibilizar um
232 percentual, na faixa de 30%, para utilização com pessoal. A conselheira Andréa diz que o plano
233 de ação é específico para a pandemia e destinado a aquisição de cestas básicas e materiais de
234 limpeza e proteção. Já existe pessoal contratado nas casas e não precisa da contratação de mais
235 pessoas, diz a mesma. Ela acrescenta que o valor é pouco para a contratação de funcionários
236 por conta dos encargos trabalhistas. O conselheiro Natuch diz que as casas de acolhimento da
237 sociedade civil dependem de financiamento e precisa pagar funcionários. A conselheira Vesta
238 afirma que a questão é a finalidade do projeto que não abarca a rubrica. Do ponto de vista
239 Jurídico, o conselho precisa tomar ciência da finalidade do projeto, diz Vesta. A conselheira
240 Hemi justifica que nas casas existem alguns oficinairos contratados para o serviço mediante a
241 parceria com o projeto. A conselheira Andréa coloca que não acontecerá atividades com as
242 crianças e adolescentes e que é necessário suprimir dos instrumentais. Após ouvir as
243 conselheiras Andréa e Vesta, a vice-presidente retira a sua proposta de disponibilizar um
244 percentual para utilização com pessoal. A conselheira Hemi diz concordar com a vice e que é
245 preciso fazer uma adaptação nos instrumentais. Hemi afirma que as casas devem indicar no
246 plano de trabalho onde estão precisando de mais recursos. A conselheira Núbia coloca que o
247 instrumental precisa ficar focado na pandemia e que o COMDICA deve indicar de que forma
248 utilizar os recursos. A conselheira Andréa sugere o encaminhamento, por e-mail, de sugestões
249 para atualização dos instrumentais. O conselheiro Evandro acha que o foco do edital são
250 aquisições para a área de segurança alimentar e prevenção ao contágio. Evandro diz que falta
251 acrescentar nos instrumentais os protocolos de segurança para a realização das doações (equipe
252 técnica e beneficiários). Simone explica que a intensão do pleno de hoje era apresentar, aprovar
253 e, no dia 14, fazer a publicação em Diário Oficial, mas diante das demandas é melhor trabalhar
254 o documento em comissão. A vice-presidente solicita seguir a pauta com as demandas da
255 Comissão de Políticas Públicas. A técnica Aurely informa que a comissão se reuniu no dia 05
256 de maio, que participaram da reunião a Gerente de Proteção Social de Média Complexidade,
257 Valéria Monteiro, e a Chefe de Divisão da Proteção Especial de Alta Complexidade, Andréa
258 Galdino, e que aconteceram algumas deliberações importantes. A pauta predominante da
259 reunião foi a provocação do Ministério Público (Recomendação Conjunta Nº 002/2020 – MP –
260 item 1.1 - anexo), afirma a técnica. Aurely informa que Valéria iniciou a explanação colocando
261 o número de famílias em situação de rua por RPA: RPA 1 – 184, RPA 2 – 17, RPA 3- 65, RPA
262 4- 22, RPA 5- 32, RPA 6 -55, destas, neste momento, 45 pessoas (entre crianças e
263 adolescentes) dormem nas ruas. Ela diz que o primeiro encaminhamento foi com relação ao
264 cruzamento de dados entre o Serviço de Abordagem Social e os acompanhamentos pontuais
265 feitos pelas organizações sociais Grupo Ruas e Praças e O Pequeno Nazareno. A técnica afirma
266 que a gerente Valéria encaminhou uma tabela para preenchimento e que foi socializada com as
267 organizações, mas que não sabe como anda a demanda. A mesma diz ainda que Valéria
268 colocou também a possibilidade de cadastro no Restaurante Popular de todas as famílias
269 identificadas pelas organizações sociais que estão em situação de rua para suprir as
270 necessidades vindas da insegurança alimentar. A técnica coloca ainda que a gerente informou
271 que é possível a distribuição de kits de higiene pessoal e limpeza. Ela diz que Itamar e Dora
272 colocaram a necessidade de ampliação do quadro de educadores sociais do SEAS/PAEFI para
273 acompanhamento as crianças e adolescentes em situação de rua. Aurely informa que Valéria
274 contrapõe e defende a proposta de uma ampliação do quadro do PAEFI (CREAS), para
275 intensificar os acompanhamentos das famílias. A técnica afirma ainda que, a partir do que foi
276 recomendado pelo MP, o conselheiro Paulo elencou quatro propostas: diagnóstico e levantar



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

277 quais as ações estão sendo desenvolvidas; as ações realizadas em articulação poder público e
278 OSC's; como fazer o processo de comunicação de risco com esta população e, por fim,
279 identificar a sobreposição de ações. Com relação à segurança alimentar, a técnica informa que
280 o conselheiro Paulo aponta para uma articulação com as OSC's para que as marmitas/almoços
281 não sobrem e possam chegar as comunidades. Com relação à higienização, a proposta é para
282 frentes mais estruturadas de entrega de kits e EPI's, diz a técnica. Com relação aos grupos
283 étnicos (refugiados), o presidente Armindo colocou da sua preocupação e a vigilância do SEAS
284 informou de uma forma pontuada as ações realizadas e que pode ser consultado em ata. Outro
285 ponto de destaque, aponta Aurely, foi a questão do cadastro para o Auxílio Emergencial já que
286 muitas famílias não têm documentação e estão desassistidas. Um outro ponto bem marcante da
287 reunião, diz ela, foi a questão da distribuição de cestas básicas para 151 famílias que não foram
288 alcançadas por questão de cadastro. Aurely diz que a gerente Valéria colocou que é um
289 comprometimento da secretária Ana Rita Suassuna de viabilizar uma forma para garantir cestas
290 básicas para as famílias citadas. Aurely afirma que Valéria disse da criação do Centro Popinho,
291 numa perspectiva futura de discussão capitaneada pelo COMDICA. Por fim, a técnica diz que
292 Itamar, Andréa Galdino e Dora colocaram a questão da ausência do conselho tutelar no
293 momento de pandemia. Aurely aponta ainda que o conselheiro Natuch publicou nos grupos do
294 COMDICA algumas denúncias com relação a atuação do conselho tutelar e as violações de
295 direitos de crianças e adolescentes. Para maiores detalhes da reunião, Aurely informa que a
296 técnica Angélica está disponibilizando as atas das reuniões das comissões no endereço
297 eletrônico do COMDICA. O conselheiro Paulo diz que Aurely fez um bom resumo e que a ata
298 foi detalhada. Ele coloca que a reunião foi importante e os conselheiros puderam conhecer o
299 trabalho realizado pela Alta e Média Complexidade na questão da abordagem social. O
300 conselheiro lembra que a quantidade de ações desenvolvidas para atender as demandas é
301 grande. Paulo informa que as ações foram topificadas, ponto a ponto, a partir da segurança
302 alimentar. Ele chama a atenção do problema de logística no refeitório popular para a garantia
303 de alimento de um conjunto de pessoas e para que não haja sobras. Paulo diz que algumas
304 organizações podem ser o elo de distribuição no âmbito mais comunitário para resolver a
305 questão. A ideia é a utilização de vans para a entrega dos alimentos prontos nas OSC's para
306 distribuição nas comunidades, recomenda o mesmo. Paulo coloca que o segundo ponto forte é
307 a dificuldade de higienização. Ele considera que a população de rua tem dificuldade de aderir a
308 determinadas práticas. O conselheiro coloca ainda que uma questão que não foi falada na
309 reunião foi sobre a documentação das pessoas em situação de rua. Paulo diz que as ações
310 poderiam ser implementadas no sentido de garantir CPF em virtude do auxílio emergencial ser
311 dependente, integralmente, de documentos. A secretaria fez uma ação interessante de pegar as
312 pessoas que não foram beneficiadas pelo Bolsa Família para ter acesso a cesta básica, diz o
313 mesmo. Paulo lembra ainda da ação realizada de providenciar habitação para os grupos étnicos.
314 O conselheiro considera, para efeito de respostas ao MP, a necessidade do diagnóstico
315 associado as ações que já haviam sendo realizadas. Por fim, ele pondera que uma outra
316 preocupação grande manifestada pelo representante do Ruas e Praças, Tonho das Olindas,
317 quanto pela representante do Pequeno Nazareno, Rose, é a questão de como fazer a
318 comunicação com a população que tem a adesão mais difícil as medidas de prevenção. Paulo
319 pergunta como é que nossos processos de comunicação devem chegar à população. Ele relata
320 que o conselheiro Itamar considerou a utilização de educadores populares para fortalecer a
321 comunicação e a gestora Valéria falou que, neste momento, era muito mais importante
322 fortalecer a equipe do PAEF que é formada por apenas sete profissionais capacitados para a



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

323 abordagem com crianças e adolescentes. O conselheiro Itamar afirma que a partir da discussão
324 que foi realizada, a comissão conseguiu pensar um pouco mais a questão e tentar agregar a
325 sociedade civil que atua diretamente com o público de rua e em situação de vulnerabilidade
326 social. Itamar diz que é muito complexo garantir as crianças e adolescentes um atendimento
327 mínimo na rua, já que a rua hoje é um espaço de contaminação e propagação do vírus. O
328 conselheiro acha importante ampliar o quadro de profissionais da educação de rua, do ponto de
329 vista das equipes de abordagem e PAEF, para atenuar o número de crianças e adolescentes na
330 rua, seja no período de pandemia ou não, pois a rua não é um espaço de proteção. Ele chama a
331 atenção que crianças e adolescentes que têm uma vivência de rua passam boa parte do tempo
332 na rua, mas que voltam para casa e tem um trânsito com a sua comunidade. O encaminhamento
333 da comissão foi pelo cruzamento de dados para que a prefeitura municipal possa chegar no
334 público infantojuvenil, identificar os locais de vivência e fazer um trabalho mais efetivo,
335 afirma o conselheiro. O mesmo coloca que quanto a discussão do Centro Popinho, a comissão
336 acredita que é melhor ficar para uma outra oportunidade já que é uma reivindicação muito
337 antiga e precisa ser amadurecida por conta da complexidade. A conselheira Dora considera
338 algumas preocupações. A primeira é com relação ao tipo de cesta básica recebida pelas
339 famílias que vivem na rua já que as pessoas nesta condição não têm como cozinhar, diz ela. A
340 segunda questão é da higienização da população de rua e da desestruturação da exposição
341 diante da pandemia. O terceiro item é saber sobre o acesso de toda a população citada ao
342 refeitório popular que está localizado na RPA 01 e como está sendo administrado a sobra de
343 alimentos, diz a conselheira. A partir da fala do conselheiro Paulo sobre como os processos de
344 comunicação devem chegar à população mais vulnerável, a técnica Angélica lembra o quanto é
345 importante fazer uma comunicação para dentro da comunidade, mais popular. Ela coloca que o
346 trabalho com rádios comunitárias e carros de som são fundamentais no momento em que
347 estamos enfrentando uma pandemia. Comunicar de uma forma simples e direta para um
348 público que, algumas vezes, é analfabeto funcional ou tem limitações para interpretar textos é
349 fundamental, diz a mesma. Ela lembra que comunicar por aplicativos é uma realidade das
350 classes média e alta e que pessoas que vivem em comunidades não tem acesso à Internet já que
351 é um serviço caro e ruim nas comunidades. O conselheiro Itamar informa que o último
352 levantamento da prefeitura municipal indica que 1.600 pessoas vivem em situação de rua (378
353 são crianças e adolescentes e, deste público, 45 dormem na rua). Sobre a questão levantada por
354 Dora, Itamar coloca que se o conselho pudesse incidir e tentar um abrigo para as famílias
355 seria uma estratégia muito mais combativa ao vírus do que a oferta da refeição. O abrigo
356 em espaço protegido para as famílias é o que, minimamente, pode trazer garantias, diz o
357 conselheiro. Ele afirma compreender que é um custo enorme que demanda pessoal, refeição e
358 manutenção do espaço. A vice-presidente lembra que existem duas casas de acolhimento que
359 recebem famílias e que a questão é a disponibilidade destas famílias para um abrigo. Ela
360 diz também que tem a casa que recebe mulheres com crianças em Campo Grande. A questão é
361 que há limites num abrigo e que muitas famílias não querem ir para lá, lembra a mesma.
362 A vice coloca que não sabe como anda a capacidade de acolhimento das casas. A conselheira
363 Andréa Castro esclarece que na Educação está sendo feitas ações de atendimento ao estudante e
364 no entorno das escolas. Ela diz que os gestores, que conhecem mais a comunidade, estão
365 empenhados em fazer a abordagem mais pedagógica. Sobre a questão de fazer o acolhimento
366 das crianças na instituição, Andréa afirma que teria que ser negociado com o secretário junto
367 com a Secretaria de Direitos Humanos. O gestor ainda não tem autonomia para fazer a abertura
368 das escolas para o acolhimento, informa a conselheira. A vice-presidente lembra que há uma



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

369 necessidade de isolamento social e que o acolhimento, a partir de uma escola, vai ferir o que
370 está posto como estratégia. A conselheira Dora afirma que o que está sendo posto é um pedido
371 de solução para a prefeitura das pessoas que dormem na rua e não para as que vivem na rua.
372 Dora lembra que seguem identificadas pela SDSJPSDDH, 45 crianças e adolescentes que
373 dormem na rua. É preciso proteger as pessoas já que está chegando o período de chuvas e
374 esgoto à céu aberto, diz a conselheira. A vice-presidente solicita que seja encaminhada resposta
375 ao MP e que o COMDICA assuma o compromisso de fazer a solicitação à secretaria para a criação
376 de um espaço de acolhimento. O conselheiro Itamar diz que o encaminhamento da comissão,
377 com o auxílio do Grupo Ruas e Praças e Pequeno Nazareno, foi tentar fazer um melhor
378 levantamento do número de crianças e adolescentes que dormem na rua, a partir da demanda da
379 SDSJPSDDH, para pensar um local de abrigamento, garantindo a ampliação do quadro de
380 educadores de rua para que os adolescentes não retornem à rua. A partir do que a técnica
381 Angélica coloca, o conselheiro Paulo lembra que é necessário fazer uma conversa com a
382 Secretaria de Comunicação da PCR para ampliar o processo de comunicação no âmbito
383 comunitário. Ele exemplifica dizendo que o processo de comunicação com carro de som atende
384 onde reside, mas que na Ilha do Juaneiro, próximo à sua residência, não passa nenhum tipo de
385 comunicação. A comunicação de risco é fundamental para chegar na comunidade e, também,
386 para não só adotar sempre a comunicação elitizada com os mesmos públicos que já tem acesso
387 à informação, afirma Paulo. A conselheira Andréa Castro comunica que cada técnico do
388 COMDICA ficará responsável por uma comissão. A técnica responsável pela Comissão
389 Sociopedagógica é Ieda Accioly, o técnico responsável pela Comissão Jurídica é Anderson
390 Ferreira, a técnica responsável pela Comissão de Políticas Públicas é Aurely Macedo e a
391 técnica responsável pela Comissão do FMCA é Roberta Sartori, afirma Andréa. A conselheira
392 afirma que o conselheiro Natuch colocou algo importante sobre o funcionamento do conselho
393 tutelar e que é preciso deliberar sobre o assunto. A vice-presidente diz que colocou, há algum
394 tempo, a necessidade de chamar os coordenadores dos conselhos tutelares para uma reunião. A
395 proposta é que o COMDICA chame a todos para uma conversa sobre o funcionamento dos
396 conselhos tutelares e saber como anda o atendimento durante a pandemia. A conselheira Dora
397 diz que cabe ao COMDICA o monitoramento das ações dos conselhos tutelares e que é
398 importante marcar a reunião para demarcar os papéis de cada um. É preciso fazer uma
399 construção a partir do momento da pandemia, coloca a conselheira. O conselheiro Natuch
400 afirma que para a reunião é possível solicitar um levantamento sobre o número de infectados
401 pela Covid para ajustar o funcionamento dos conselhos tutelares. Ele acredita que é importante
402 ainda chamar as duas promotorias para a reunião com as coordenações dos conselhos para
403 deixar tudo mais amarrado. Natuch esclarece que as informações sobre o funcionamento dos
404 conselhos tutelares estão muito soltas e que a população precisa do atendimento. Como
405 comunicar se não existe a informação correta sobre o principal órgão de articulação do sistema,
406 afirma Natuch. A reunião fica marcada para a terça-feira, 19, às 10h. **Informes Gerais** - Para
407 registro, a executiva Simone esclarece que aconteceram as seguintes reuniões: Comissão
408 Jurídica, nos dias 20/04 e 04/05; Comissão Sociopedagógica, nos dias 20/04 e 07/05; Comissão
409 de Políticas Públicas, nos dias 05/05; Campanha do 18 de Maio, nos dias 07, 13, 24/04 e 05/05;
410 Comissão de Monitoramento e Avaliação, nos dias 24 e 26/04; as reuniões com a gestora da
411 parceria aconteceram nos dias 28/04 e 05/05 e, por fim, as reuniões plenárias aconteceram nos
412 dias 01, 14, 28/04. A técnica Roberta comunica que o grupo que está pensando o 18 de Maio –
413 Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – está se
414 reunindo desde o início do ano para pensar estratégias de ação. Devido à pandemia, o grupo



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

415 acordou que será realizada, no dia 20/05, uma *live* para discutir o assunto. A data foi escolhida
416 devido as demandas nas redes sociais para o dia 18. A live será ao vivo para que as pessoas
417 possam interagir, fazendo perguntas. A ideia inicial é realizar o debate através do Canal do
418 *YouTube* do Instituto Solidare, por conta da plataforma de transmissão. Entre os participantes,
419 a presidente da Comissão de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, vereadora Michele
420 Collins, e uma promotora indicada pelo MP. A deputada Simone Santana, da Comissão da
421 Criança e do Adolescente da ALEPE, foi contactada através de sua assessoria, mas não
422 retornou. O conselheiro Evandro deverá mediar o debate de 1h, em média, e as técnicas
423 Angélica e Roberta devem editar as perguntas a serem realizadas. Uma parte do material de
424 divulgação está pronto e já pode ser disponibilizado. O pedido é que todo colegiado participe
425 do debate que será rico e importante para o combate à violência sexual de crianças e
426 adolescentes. Não tendo nada mais que por si só mereça registro, a vice-presidente agradece a
427 participação de todas e de todos e encerra a reunião às 12h30.

428
429 Recife, 12 de maio de 2020

430
431
432 **Ana Maria de Farias Lira**
433 *Vice-Presidente*

434
435
436 **Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha**
437 *(Conselheira / Gabinete do Prefeito)*

438
439
440 **Núbia Carla de Azevedo Mesquita**
441 *(Conselheira / Associação para a Restauração do Homem)*

442
443
444 **Paulo Germano de Frias**
445 *(Conselheiro / Secretaria de Saúde)*

446
447
448 **Hemi Monique Vilas Bôas de Andrade**
449 *(Conselheira / Centro de Integração Empresa Escola - CIEE)*

450
451
452 **Natuch Pinto de Lira**
453 *(Conselheiro / CENDHEC)*

454
455
456 **Vesta Pires Magalhães Filha**
457 *(Conselheira / Procuradoria Geral do Município)*

458
459
460



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

461

462

463 ***Andréa Maia Guerra Coimbra Carvalho***

464 *(Conselheira / Procuradoria Geral do Município)*

465

466

467 ***Evandro Alves de Freitas***

468 *(Conselheiro / Instituto Solidare)*

469

470

471

472 ***Géssica Dias Lins de Oliveira***

473 *(Conselheira / Instituto Solidare)*

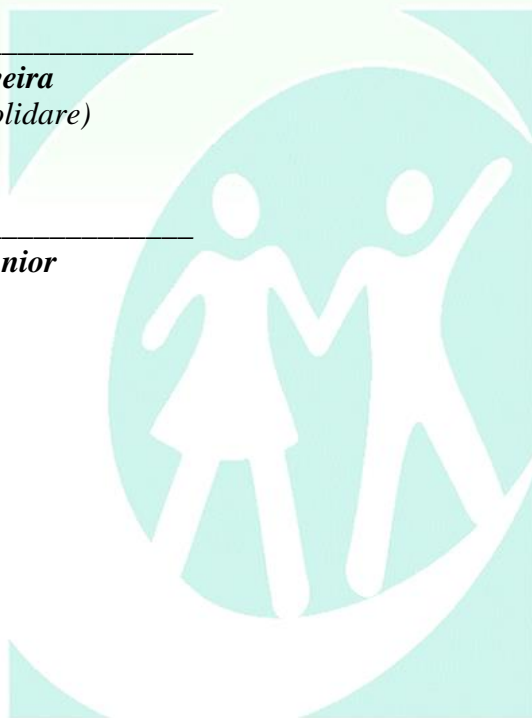
474

475

476

477 ***Itamar Sousa de Lima Júnior***

478 *(Conselheiro / CRP)*



COMDICA